

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.534 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 5 DE AGOSTO DE 2002



Situação dos produtores rurais preocupa Heloísa Helena

Heloísa quer urgência na solução da dívida agrícola

PÁGINA 4

Construção civil é saída para a crise, afirma Mozarildo

Investimento na produção, em especial na construção civil, é a sugestão do senador Mozarildo Cavalcanti para que o país supere a crise econômica. Segundo ele, esse setor apresenta as melhores condições de gerar empregos, divisas e moradia digna para a população de baixa renda.

PÁGINA 4



Roosevelt Pinheiro

Para Mozarildo, modelo econômico adotado pelo governo "jogou o Brasil em uma armadilha"

Suplicy cobra esclarecimentos de secretário dos EUA

Em carta enviada ao secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Paul O'Neill, o senador Eduardo Suplicy exige explicações sobre suspeitas levantadas contra autoridades brasileiras. Suplicy, que leu a carta em Plenário, quer que O'Neill esclareça a insinuação de desvio de recursos negociados pelo Brasil junto ao FMI.

PÁGINA 4



José Cruz

Eduardo Suplicy diz que é seu dever, como senador, indagar se declaração de O'Neill tem fundamento

Reconhecimento de desaparecido pode ter prazo ampliado

Proposta do Executivo, que será votada pelo Plenário do Senado na quarta-feira, abrange período do regime militar

O Senado deve votar quarta-feira projeto do Executivo que altera a legislação sobre reconhecimento da morte de pessoas desaparecidas em decorrência de participação em atividades políticas durante o regime de exceção. O texto estabelece o período

de 2 de setembro de 1961 a 5 de outubro de 1988, enquanto o prazo previsto na legislação atual vai somente até 15 de agosto de 1979. O projeto também reabre, por 120 dias, o prazo para que as famílias das vítimas requeiram indenização.

PÁGINA 3



Jane de Araújo

Pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania tem 33 itens, incluindo a proposta de prisão para quem fraudar pesquisas eleitorais

CCJ vota punição rigorosa por fraude em pesquisa eleitoral

PÁGINA 3

CAS examina prioridade para idoso em hospitais

Projeto do senador Carlos Wilson determina a criação, nos hospitais, de ambulatórios e unidades de internação destinados preferencialmente a idosos. A matéria será analisada pela Comissão de Assuntos Sociais.

PÁGINA 3

Voto de apoio a argentinos está em pauta

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprecia amanhã voto de solidariedade ao povo argentino e repúdio ao comportamento do FMI e do governo norte-americano. A proposta é do senador Roberto Requião.

PÁGINA 4



Atuação do narcotráfico em São Paulo será analisada na CPI, presidida por Tuma

Comissão do Roubo de Cargas analisa relatório

A Comissão Mista Parlamentar de Inquérito (CPI), presidida pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), que investiga o roubo de cargas no país deve analisar os resultados da Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembléia Legislativa de São Paulo que apurou a atuação de organizações criminosas ligadas ao narcotráfico no estado. O relatório final dos trabalhos foi recebido pela Presidência do Senado e lido na última sessão plenária.

Na ocasião foi informada a promulgação, pelo Senado, da lei complementar que assegura a instalação de municípios criados por lei estadual antes da entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 15, de 12 de setembro de 1996. A implementação da medida depende de decisão favorável resultante de plebiscito com as populações dos municípios envolvidos.

Também foi encaminhado à publicação parecer da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) sobre o relatório anual de atividades da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) em 2000. Pelo parecer da CI, a agência desenvolveu suas atividades "de forma adequada às expectativas da sociedade brasileira". A matéria segue agora para a Câmara dos Deputados.

Foi lido ainda ofício da Primeira Secretária da Câmara dos Deputados comunicando a sanção e transformação em lei de projeto da senadora Marina Silva (PT-AC) instituindo o Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária. A data será comemorada no dia 7 de abril.

Candidatos à Presidência podem debater comunicação

Conselho analisa hoje proposta de convite aos presidentiáveis para examinar questões como Lei de Imprensa e liberdade de expressão

Os quatro principais candidatos à Presidência da República (Luiz Inácio Lula da Silva, Ciro Gomes, José Serra e Anthony Garotinho) poderão ser convidados pelo Conselho de Comunicação Social (CCS), órgão consultivo e auxiliar do Poder Legislativo para o setor, para debater os rumos da comunicação no país. A decisão será tomada hoje pelos membros do conselho, que apreciam a iniciativa do conselheiro Roberto Wagner.

Caso a proposta venha a ser aprovada, os candidatos terão a oportunidade de discutir temas como liberdade de manifestação do pensamento, Lei de Imprensa, Lei Eleitoral, classificação etária de horários na televisão, partici-



pação do capital estrangeiro nas empresas de comunicação, bem como a extinção ou não do programa *A Voz do Brasil*, além de outros temas relevantes.

Na mesma reunião, os membros do CCS deverão analisar questões administrativas, como regimento interno e dotação do conselho para inclusão no orçamento de 2003. Também constam da pauta, outorgas e renovações de concessões de rádio e TVs.

O Conselho de Comunicação Social, criado pela Constituição de 1988, foi instalado, após ampla negociação, em junho último. É formado por treze membros e deverá ser chamado a se manifestar sobre temas relacionados com a liberdade de expressão, sobre o modelo de controle dos meios de comunicação, bem como sobre legislação referente à propriedade dos canais de rádio e televisão.

Cabe ainda ao conselho acompanhar o cumprimento das finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas das programações dos veículos de comunicação, e se posicionar com relação à propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos e medicamentos.

Suplicy e Xanana discutem moeda para Timor Leste

Como líder do Bloco Oposição, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) informou em Plenário que o recém-eleito presidente do Timor Leste, Xanana Gusmão, lhe solicitou uma reunião em São Paulo, para discutir, juntamente com o economista Paulo Nogueira Batista Júnior, as vantagens de seu país adotar uma moeda própria. O encontro estava previsto para o último sábado.

Segundo o senador, em sua última visita ao Brasil, antes de candidatar-se à Presidência do Timor, Xanana esteve com Suplicy, quando conversaram sobre os benefícios de gestão de uma economia, ainda que pequena, com a instituição de uma moeda e, conseqüentemente, de um Banco Central. A situação se aplica ao Timor, tendo em vista que, desde

a independência da Indonésia, o país adotou o dólar americano como moeda.

O senador disse que, na oportunidade, conversaria com Xanana sobre a possibilidade de criação de uma renda de cidadania incondicional como direito dos cidadãos timorenses de participar da riqueza da nação, demonstrando que a proposta é "perfeitamente possível".

RENDA DE CIDADANIA

Durante a recepção no Senado aos chefes de governo dos países que formam a comunidade dos povos de língua portuguesa, na quinta-feira passada, Suplicy teve a oportunidade de conhecer o presidente de São Tomé e Príncipe, Fradique de Menezes, que informou ao senador sobre descobertas recentes de reservas petro-



Reunião solicitada por Xanana analisa vantagens de moeda própria em Timor Leste

líferas naquele país africano.

O senador, então, sugeriu que São Tomé e Príncipe seguisse o exemplo do Fundo Permanente do Alasca, onde parte da riqueza gerada pela exploração de petróleo se reverte em renda de cidadania. De acordo com Suplicy, Fradique de Menezes se entusiasmou pelo tema e pediu mais elementos. O senador lhe deu, então, seu livro *Renda de Cidadania: A Saída é Pela Porta*, lançado pela Cortez Editora e pela Fundação Perseu Abramo.



AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 5 DE AGOSTO DE 2002

PLENÁRIO

14h30 — Sessão não deliberativa

PREVISÃO

PLENÁRIO

Terça-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: redação final do PDL nº 219/01, que anula a concessão da Ordem do Cruzeiro do Sul a Alberto Fujimori pelo governo brasileiro; PDLs autorizando o funcionamento de rádios comunitários; e requerimentos dos senadores Osmar Dias, Ademir Andrade, Álvaro Dias, Antonio Carlos Valadares, Romeu Tuma e José Fogaça.

Quarta-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: PLC nº 30/99, que altera os artigos 789 e 790 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43, que também fica acrescido dos artigos 789 A e 789 B (dispondo sobre custas e emolumentos da Justiça do Trabalho); PLC nº 36/02, altera dispositivos da Lei nº 9.140/95, que reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou de acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979; substitutivo ao PLS nº 168/99, altera a Lei nº 9.550/97, que institui o Código de Trânsito Brasileiro; PDLs autorizando o funcionamento de rádios comunitários; e Requerimento nº 406/02, do senador Carlos Bezerra, solicitando a dispensa do parecer da CCJ sobre o PLS nº 242/01, de sua autoria, que altera a Lei nº 4.117/62 (Código Brasileiro de Telecomunicações).

Quinta-feira

10h — Agenda em aberto

Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Segunda-feira

14h — Conselho de Comunicação Social. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6

Terça-feira

10h — Comissão de Assuntos Econômicos. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2

17h — CPI das ONGs. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6

17h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 7

Quarta-feira

9h — Comissão de Assuntos Sociais. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Prática de fraude em pesquisa eleitoral pode levar à prisão

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) examina na quarta-feira pauta de 33 itens, incluindo o projeto de lei do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) que impõe maior rigor na elaboração e na divulgação de pesquisas de opinião. Pela proposta, que tramita em caráter terminativo, os diretores de institutos de pesquisa que fornecerem informações errôneas à Justiça Eleitoral ou que apresentarem fraudes nos resultados podem ser condenados à prisão, e a empresa pode ter seu registro cassado.

Como relator, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) é favorável ao projeto, de acordo com substitutivo que oferece. Também está na pauta da CCJ projeto de resolução do senador Osmar Dias (PDT-PR) que define o momento de abertura de processo contra senador acusado de irregularidades. De acordo com a proposta, o processo será iniciado com a apresentação formal, no Conselho de Ética, de relatório que peça a abertura de investigação que tenha como pena a per-



Projeto de José Eduardo Dutra também prevê a cassação do registro da empresa

da de mandato.

Para Osmar, que tem o apoio do relator, senador Francelino Pereira (PFL-MG), esse deve ser o limite para que a renúncia possa extinguir a continuidade do processo. Caso aprovado, o parecer da CCJ sobre o projeto de resolução segue para análise da Comissão Diretora.

Os senadores da comissão também devem se pronunciar acerca de projeto de resolução da senadora Marina Silva (PT-AC) que cria a Comissão Permanente de Legislação Participativa no Senado.

Limite para endividamento da União é prioridade na CAE

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) terá como prioridade de votação, antes das eleições de outubro, o projeto de resolução que define limites para o endividamento da União, a exemplo do que já foi votado para estados e municípios. A informação é do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), presidente da CAE.

A CAE tem outras 14 matérias na pauta, destacando-se o projeto de lei do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) que isenta os motoristas de táxi do pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados e o do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) que corrige distorções na correção dos cálculos dos financiamentos rurais passados.



Lúcio Alcântara lembra que já foi votado projeto idêntico para estados e municípios

Um outro projeto na pauta da CAE é o do senador Osmar Dias (PDT-PR) que autoriza o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico a conceder empréstimos com taxas de juros subsidiados para compra de geradores de energia.

Pratini de Moraes participa de audiência na CPI das ONGs

O ministro da Agricultura, Marcus Vinícius Pratini de Moraes, participa amanhã de audiência pública na comissão parlamentar de inquérito (CPI) do Senado que apura denúncias sobre a atuação irregular de organizações não-governamentais (ONGs).

Na mesma reunião, marcada para as 17h, a CPI também deverá tomar o depoimento do presidente da Agência de Desenvolvimento Sustentável Brasil em Renovação, Domis Vieira Lopes.

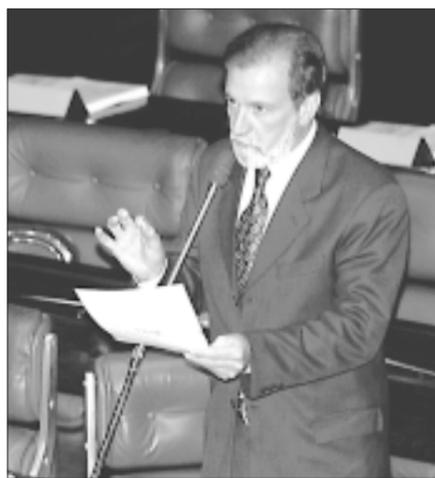
Novo prazo para indenizar famílias de desaparecidos

Conforme projeto do Executivo que será votado quarta-feira, os interessados terão mais 120 dias para requerer o benefício

O Senado deve votar nesta quarta-feira projeto de iniciativa do governo que reabre por 120 dias o prazo para que pessoas interessadas possam requerer indenização pela morte de familiares desaparecidos em razão de participação em atividade política. Para efeito de reconhecimento da morte do desaparecido, a proposta fixa o período de participação entre 2 de setembro de 1961 e 5 de outubro de 1988. Pela lei vigente, essa prazo iria até 15 de agosto de 1979.

Relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o senador Osmar Dias (PDT-PR) ofereceu parecer favorável ao projeto. Ele rejeitou emenda do senador Iris Rezende (PMDB-GO) que amplia os benefícios dessa lei para reparar "as famílias das vítimas fatais, mortas no exercício do seu direito constitucional de protestar em praças públicas contra um regime ditatorial".

Osmar Dias afirma que tal am-



Osmar Dias ofereceu, na Comissão de Justiça, parecer favorável à proposta

pliação é desnecessária, pois foge aos objetivos do projeto, que são dois: prorrogar o prazo definido na lei, o qual não abrangeu todo o período de vigência dos dispositivos de exceção do regime militar; e reabrir o prazo para que as famílias das vítimas comprovem a legitimidade da pretensão e a requeiram.

No mesmo dia, o Senado vota projeto oriundo do Executivo que altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) re-

ferentes a custas e emolumentos, que hoje são calculados com base no valor de referência regional, indexador que está sem atualização desde abril de 1991.

O governo alega que o congelamento desses valores tem tornado praticamente gratuita a operação da Justiça trabalhista, sendo necessário alterar a base de cálculo não apenas quanto aos valores, mas também em relação aos fatos geradores de despesas que mereceriam ressarcimento para o Estado.

O projeto teve parecer favorável do senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS) na Comissão de Assuntos Sociais. Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o senador Osmar Dias também apresentou parecer favorável, mas com emenda.

Amanhã, o Senado vota a redação final do projeto de decreto legislativo que anulou a concessão da Ordem do Cruzeiro do Sul pelo governo brasileiro ao ex-presidente do Peru Alberto Fujimori. O projeto é de autoria do senador Roberto Requião (PMDB-PR), que lembrou ser essa a mais importante condecoração brasileira.

Hospitais poderão ter ambulatórios destinados a atendimento de idosos

Projeto de lei de autoria do senador Carlos Wilson (PTB-PE) que obriga os hospitais públicos e privados a criarem ambulatório e serviço de internação destinados ao atendimento a pessoas com mais de 65 anos será analisado na quarta-feira, a partir de 9h, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A proposta, relatada favoravelmente pela senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), prevê multa mensal de até R\$ 10 mil para as instituições que descumprirem a obrigação.

— São poucos os hospitais, públicos ou privados, que possuem ambulatórios e unidades voltados para o atendimento preferencial aos idosos — afirmou Carlos Wilson, acrescentando que a proposta não deverá acarretar grandes custos aos estabelecimentos, mas terá considerável alcance social.

Também consta da pauta da CAS o projeto que determina a destinação de pelo menos 20% dos recursos para financiamento habitacional a mulheres chefes de família (pessoas que comprovadamente sejam responsáveis pelo sustento e manutenção da família).

A autora da proposta, senadora Emilia Fernandes (PT-RS), cita dados do IBGE segundo os quais 20% dos 38 milhões de famílias brasileiras estão sob a responsabilidade de mulheres.

— Esse universo de mulheres tem competido de forma desigual no mercado imobiliário, que lhe oferece restrito acesso aos programas convencionais de financiamento habitacional — disse a senadora.

Pode ser votado ainda pela comissão substitutivo do senador Mauro Miranda (PMDB-GO) a projeto de lei oriundo da Câmara dos



Carlos Wilson propõe multa de R\$ 10 mil mensais para entidade que descumprir obrigação

Deputados que permite ao trabalhador utilizar recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para adquirir lote popular destinado a moradia, em loteamento urbano.

Heloísa defende urgência para renegociação de dívidas rurais

Instituições financeiras não receberam instruções sobre contratos efetuados com recursos dos fundos constitucionais, do FAT e do BNDES, afirma senadora

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) responsabilizou o governo pelo atraso na renegociação das dívidas dos agricultores das regiões mais pobres do Brasil. Até agora, segundo ela, as instituições financeiras não receberam as instruções necessárias para nortear os processos de repactuação dos contratos efetuados com recursos dos fundos constitucionais, do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Essa situação atinge tanto o pequeno quanto o grande produtor do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, onde os fundos constituem a principal fonte de recursos dos financiamentos rurais, explicou Heloísa Helena. Em discurso no Plenário, ela apresentou as conclusões do relatório de uma co-



Heloísa Helena anuncia reunião nesta quarta-feira com o ministro Pedro Parente

missão técnica designada pelo governo para ir a Alagoas averiguar os problemas do endividamento rural naquele estado. A senadora observou que a crise e

as razões do endividamento dos produtores alagoanos são as mesmas dos outros estados atendidos pelos fundos.

Heloísa anunciou que nova reunião está marcada para esta quarta-feira, às 18h, entre o ministro-chefe da Casa Civil, Pedro Parente, a bancada de Alagoas e representantes rurais do estado. Segundo a parlamentar, até o momento, os entendimentos com o ministro para agilizar os procedimentos dos bancos oficiais (Banco da Amazônia, Banco do Nordeste e Banco do Brasil) não avançaram.

O principal problema, pelas informações da senadora, é o enquadramento das operações de crédito rural realizadas com um "mix de recursos" dos fundos constitucionais e do FAT. Elas ficaram fora da legislação que es-

tabeleceu os parâmetros de renegociação das dívidas dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Nordeste (FNE), do Norte (FNO) e do Centro-Oeste (FCO) – disse Heloísa.

Além disso, mesmo os contratos com dinheiro desses fundos enfrentam problemas, acentuou a senadora. O relatório da comissão técnica que foi a Alagoas, datado de 17 de julho, recomendou que o governo encontre solução para as dívidas que estão acima do limite de R\$ 15 mil estabelecido pela Medida Provisória nº 24 (Lei 10.464). Heloísa afirmou que outro obstáculo está sendo a exigência de "adimplência" dos produtores rurais dessas regiões, que ela considera "tratamento discriminatório" em relação ao concedido aos agricultores do Sul e do Sudeste.



Suplicy questiona pela segunda vez comentários do secretário do Tesouro dos EUA

Suplicy exige explicações de Paul O'Neill

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) leu, na sexta-feira, em Plenário, carta enviada ao secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Paul O'Neill, cobrando explicação sobre as insinuações de que recursos negociados pelo Brasil junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI) poderiam ser desviados para bancos na Suíça.

Na correspondência, Suplicy diz que é seu dever, como senador, perguntar se o secretário do Tesouro norte-americano conhece algum precedente que fundamente "declaração tão séria". Essa é a segunda vez que o senador petista questiona críticas dirigidas por O'Neill a autoridades brasileiras.

Em abril passado, o secretário do Tesouro dos Estados Unidos foi instado pelo senador a explicar denúncias sobre a alta incidência de corrupção no Brasil. "Quando eu perguntei se ele poderia citar algum caso específico de corrupção, Paul O'Neill preferiu não mencionar qualquer caso em sua resposta."

Apesar de O'Neill já haver se retratado e elogiado publicamente a condução da política econômica do Brasil, o líder do Bloco Oposição considera importante mostrar que o Congresso Nacional está atento a tais declarações. A reversão dessa postura de desconfiança, observou Suplicy, já contribuiu, no entanto, para derrubar a cotação do dólar frente ao real.

Suplicy registrou a disposição de seu partido para analisar projetos que ajudem o país a superar a crise econômica. "Se o Executivo quiser acelerar a tramitação de medidas relativas à reforma tributária, para desonerar a produção e estimular as exportações, o PT estará pronto a examiná-las e a trabalhar com afinco."

Solidariedade aos argentinos na pauta de comissão

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) realiza reunião ordinária amanhã, às 17h30, para examinar requerimento que propõe votos de solidariedade ao povo e ao governo argentinos e de repúdio ao comportamento do governo dos Estados Unidos e ao Fundo Monetário Internacional (FMI). A proposta, do senador Roberto Requião (PMDB-PR), tem parecer favorável de Ari Stadler (PPB-SC).

A CRE examinará projeto de decreto legislativo modificando o Convênio Constitutivo do Fundo Monetário Internacional sobre Direitos Especiais de Saque. A pauta inclui dois decretos legislativos com Protocolos Adicionais ao Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços, da Organização Mundial do Comércio (OMC). Os decretos têm pareceres favoráveis de Bernardo Cabral (PFL-AM), Lúdio Coelho (PSDB-MS) e Roberto Saturnino (PT-RJ).

Também constam da pauta requerimento para envio de apelo ao governo de Israel solicitando que reconsidere a decisão de construir muro separando o norte da Cisjordânia e projeto de lei sobre prestação de serviço alternativo ao Serviço Militar Obrigatório.

Mozarildo cobra recursos para a construção civil

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) sugeriu ao governo Fernando Henrique Cardoso e também ao futuro presidente da República que invistam no setor produtivo, particularmente na área de construção civil. Para ele, o setor apresenta as melhores condições de retirar o país da crise cambial e financeira, pois pode gerar empregos, divisas e moradia digna para a população de baixa renda.

Mozarildo criticou o modelo de gestão econômica do governo que, segundo apontou, prioriza a política monetária e não o setor produtivo. A opção, disse, "jogou

o Brasil em uma armadilha e deixou o país vulnerável à especulação financeira".

— Nós não queremos um país de especuladores e que fique refém de uma política monetária que privilegia os especuladores. Não podemos ficar constantemente preocupados com a volatilidade do mercado, a taxa de juros, o risco-Brasil, os escândalos financeiros dos Estados Unidos e abandonar as áreas que podem elevar a produção nacional.

Em sua opinião, grande parte dos problemas nacionais, como o desemprego, a desigualdade de renda, o aumento do déficit

Mozarildo quer criação de empregos no país



habitacional — que, de acordo com a Fundação João Pinheiro, é de cerca de sete milhões de moradias — poderia ser resolvida com investimentos no setor de construção civil.

Mozarildo Cavalcanti acredita que a construção é um dos únicos setores capazes de absorver a mão-de-obra não qualificada, constituída por trabalhadores que não tiveram chances de estudar, mas que precisam ter acesso ao mercado de trabalho.

Setor emprega 14 milhões de pessoas

O setor de construção, que engloba edificações e construção pesada, responde por 10,3% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

(MDIC). Se levarmos em consideração as empresas de material de construção e serviços acoplados ao setor, a construção civil brasileira gera 15,6% do PIB, empregando direta e indiretamente cerca de 14 milhões de pessoas. Na

década de 90, o setor foi responsável por cerca de 70% de todos os investimentos feitos no país. O potencial empregador da construção deve-se à capacidade de absorver profissionais menos qualificados.